

**A Corte negociada:
a presença de Aureliano Coutinho no golpe da maioria de 1840.**

Julio Bentivoglio (UFG-CAC)

Este breve texto discute, em linhas gerais o episódio da Maioridade a partir da presença de Aureliano Coutinho, suposto líder de um grupo conhecido como *facção áulica*. Ele procura demonstrar que, para além dos partidos, que ainda se encontravam em um processo de formação, os negócios e as relações de parentesco balizavam a inserção no mundo do governo naquele momento. Lembro que a conjuntura regencial foi um momento ímpar na trajetória do jovem Império brasileiro, em que as ambições partidárias de grupos de interesses afloraram para tomar de assalto o Estado. Amalgamados em torno de redes de parentesco, de negócios, de sociabilidades políticas e sociedades secretas, esses grupos constituíam verdadeiras facções do jogo político possível que, lentamente, se articulariam nas fileiras das duas principais agremiações políticas. As distinções partidárias, nessa altura não permitem ver a diversidade dos posicionamentos políticos encontrada. Ou seja, nem todos oficiais do exército ou da marinha eram restauradores, nem todos os comerciantes de grosso trato eram conservadores, nem todos os capitalistas da província de São Paulo eram liberais.

Além dos dois agrupamentos partidários em gestação, liberais e conservadores, existiam outros grupos menos numerosos, pouco expressivos, mas que se colocavam no cenário político visando angariar adeptos e integrar o mundo do governo. De todos eles, aquele que teria maior destaque, tendo em vista a atenção recebida e as críticas veementes que lhe foram direcionadas, talvez tenha sido a facção áulica

Ao que tudo indica, a expressão *áulicos* fôra utilizada na Inglaterra pela oposição para identificar o grupo mais próximo de George III. No caso brasileiro, o uso do termo *facção áulica* a desqualificava como um partido e exacerbava o caráter pejorativo. O termo *facção*, muitas vezes utilizado e bastante comum durante o período regencial, era sempre empregado com um sentido dissuasivo de elemento perturbador. Significava muitas vezes grupo dissonante e desagregador, fugidio à legalidade e avesso às regras. Para seus críticos, os áulicos eram palacianos interesseiros que enredavam o jovem imperador. O uso da expressão foi feito pela primeira vez no folheto de Firmino Rodrigues da Silva, em 1847, *A dissolução do Gabinete de 5 de maio ou a Facção Áulica*, opúsculo publicado no Rio de Janeiro em 1847 pela Typographia P. Brito que detém sua análise quase que exclusivamente na formação e queda do 6º Gabinete, conhecido como liberal regressista, liderado por Holanda Cavalcanti, ao qual faz críticas contundentes.

Posteriormente, o termo facção áulica foi tomado num sentido completamente diverso do que fôra utilizado por Firmino Rodrigues, na circular de Teófilo Ottoni aos seus eleitores de 1860, e na biografia do senador Furtado em 1867. Em sua famosa *Circular dedicada aos srs. Eleitores* de 1860, Teófilo Ottoni descreve, em algumas páginas, suas impressões acerca da facção áulica, afirmando que ela era manipulada pelo imperador. Já no panfleto de Firmino, os áulicos é que manipulavam o jogo político. Tais versões correspondem também à própria mudança de situação do imperador, tendo em vista a época em que os textos foram redigidos. Quando o panfleto de Firmino foi escrito o Imperador tinha 21 anos e era jovem. Depois, em 1860 e ainda 1867, ele exercia uma participação mais decisiva nas questões político-administrativas.

O fato é que, no início de 1840, os liberais se aproximaram da facção áulica numa tentativa de conter o Regresso com o plano da Maioridade. O grupo que a compunha é de difícil delimitação, mas provavelmente foi integrado por Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, visconde de Sepetiba, Saturnino de Sousa e Oliveira, que era seu irmão, Cândido José de Araújo Viana, Paulo Barbosa da Silva, Mordomo-mor e amigo pessoal de Aureliano, e, talvez, Peixoto de Brito e Lopes Gama. Alguns autores acreditam também que eles contavam com a simpatia do magistrado e senador José Clemente Pereira, que foi reabilitado politicamente depois da Maioridade.

É preciso, contudo, retornar ao período regencial para melhor compreender a trajetória pessoal de Aureliano e, destarte, também dos chamados áulicos. Em primeiro lugar lembro que Aureliano se tornou próximo de Feijó, em 1831, obtendo inclusive, do ministro da justiça e regente pastas ministeriais. É interessante observar que a abdicação de D. Pedro I havia aproximado exaltados e moderados, com o predomínio da proposta dos últimos junto ao governo. Os expoentes do momento foram Evaristo da Veiga, Bernardo Pereira de Vasconcelos e Feijó. Os dois primeiros participaram não só da *Oligarquia*, como também da Sociedade dos Defensores da Liberdade e Independência Nacional. Feijó e Vasconcelos rompem em 1835, quando o mineiro é preterido na escolha das pastas ministeriais. Com Evaristo a ruptura também ocorreu motivada pela recusa de um federalismo radical por parte deste. A derrota de Feijó, com seu golpe frustrado colocou o grupo conservador no poder. Depois da frustrada tentativa de apoiar o governo de D. Januária, os liberais, capitaneados pelos Andrada idealizam o Clube da Maioridade. A meta era antecipar a subida ao trono de Pedro II e, com isso, retornar ao poder. Iniciativa de José de Alencar, rapidamente transformada em realidade com a Sociedade Promotora da Maioridade. “A primeira assinatura, que o projeto de resposta à fala do trono recebeu foi a de Aureliano, que não pertencia ao clube e ´pairava entre os dois partidos”¹

O projeto da Maioridade apresentava dois problemas: a dificuldade para se conseguir a alteração do artigo 121 da Constituição, para que o imperador, aos 14 anos

pudesse subir ao trono e a idéia de instituir novamente o Conselho de Estado, repudiado por exaltados e parte dos moderados. Não é à toa que o autor do projeto, Holanda Cavalcanti, o viu rejeitado pelo Senado. Honório Hermeto, na Câmara dos Deputados, em 18 de julho de 1840, pediu uma solução racional, despida de elementos revolucionários, a fim de ser aceita por seus efeitos proveitosos. Sugeriu que se fizesse um projeto para as eleições vindouras e que a nova legislatura apreciasse o projeto da maioria. Aproveita para repelir a utilização de “homens rasteiros para seduzir o ânimo do imperante”.ⁱⁱ Clemente Pereira, exasperado revela então que se a maioria não pudesse surgir na Câmara, naquele momento, que fosse então aclamada por ato revolucionário do povo.ⁱⁱⁱ Limpo de Abreu consegue aprovar sua indicação para que uma delegação fosse ao Senado apreciar a matéria. Na sessão do dia 21, depois de grande tumulto, deliberou-se que era preciso ouvir o próprio imperador, ao passo que se tentou o adiamento da Assembléia, proposta acenada pelo ministro da Justiça, Bernardo Pereira de Vasconcelos.

Convidado para o Gabinete na noite do dia 21 para o dia 22 de julho, na manhã deste dia decidem pelo adiamento da Câmara, que é acatado na Assembléia, mas é barrado por Paranaguá no Senado, que impede a leitura do decreto do adiamento. Um grupo de deputados vai ao Senado, liderados por Antônio Carlos e decidem consultar o imperador sobre a matéria: se ele desejava subir ao trono agora ou em 2 de dezembro. Ouviu como resposta o famoso *Quero já*.

O papel dos áulicos, dos palacianos fica claro quando, das atas do Clube da Maioridade, se observa que Martim Francisco havia solicitado que alguém *do alto*, próximo ao imperador, se inteirasse de sua vontade de ter a maioria declarada. Ao que D. Pedro II teria dito que a queria decretada pelos Andradas e seus amigos.^{iv} Posteriormente o próprio imperador confessaria que não aceitou a maioria numa atitude impensada, mas que acendia *ao conselho de diversas pessoas que o cercavam*. Certamente dentre estas pessoas estava a figura de Aureliano. Isso leva à conclusão de que a maioria, “impropriamente definida como um golpe parlamentar, foi, na realidade, um golpe palaciano, no qual o elemento decisivo foi a manifestação da vontade do jovem príncipe.”^v

Conseqüentemente, o primeiro gabinete era formado por elementos ligados ao paço: os dois irmãos Cavalcanti, os dois Andrada, Aureliano e Limpo de Abreu. Não representava portanto uma expressão dos liberais. Esse gabinete maiorista seria substituído em 23 de março de 1841, após os lamentáveis episódios fraudulentos nas eleições de 1840, pelo chamado gabinete palaciano composto por Cândido José de Araújo Viana, Paulino José Soares de Sousa, Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho, Miguel Calmon Du Pin e Almeida, marquês de Paranaguá e José Clemente Pereira.

Vale lembrar que Aureliano Coutinho fazia parte do grupo *Oligarquia*, que era composto também por Bernardo Pereira de Vasconcelos, Carneiro Leão e cujos laços

compreendiam ainda Evaristo da Veiga, Diogo Antônio Feijó e Chichorro da Gama. Para levar adiante o projeto de emancipação do jovem imperador, arregimentaram a estima de Francisco Vilela Barbosa, marquês de Paranaguá, que presidia o Senado.

A partir daí, começam as reuniões na Quinta da Joana, logradouro carioca, local da residência de Paulo Barbosa da Silva, indicado para mordomo do Paço pelo próprio Aureliano. Juntos, também eram responsáveis pelo jornal *A Verdade*. Os áulicos provavelmente apoiaram a candidatura de Holanda Cavalcanti para a Regência, e este participou do Clube da Maioridade, como vice-presidente. Teófilo Otoni também participou do *Oligarquia*, embora tenha se afastado do grupo em meados de 1834, quando da interpretação do Ato Adicional, rompendo com seus antigos amigos mineiros, inclinados agora ao partido Conservador. Para Otoni, a *Oligarquia* representava decisivamente os interesses dos traficantes de escravos^{vi}. Também Bernardo Pereira de Vasconcelos romperia com o grupo após a derrota de sua candidatura a uma cadeira do Senado, fato que, aliás, atribuiu à interferência de Aureliano Coutinho. No interior da Corte, a crise dos palacianos, polarizada entre o grupo de Aureliano e o dos Andrada, havia sido superada, a despeito do afastamento de José Bonifácio da tutoria de D. Pedro II por Aureliano.

Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, visconde de Sepetiba, que nasceu em Niterói, em 1800, cursou a Academia Militar e formou-se em Direito em Coimbra. Era filho de Aureliano de Sousa e Oliveira, coronel do Imperial Corpo de Engenheiros a quem D. Pedro I comissionou o governo das Armas de Santa Catarina, e de Francisca Flávia de Proença Coutinho. Homem de negócios, culto, organizou diversos empreendimentos comerciais, dentre eles a primeira companhia de ônibus do Rio de Janeiro. Lúcia Guimarães aponta que

“se por um lado, é inegável que ele representou uma espécie de ‘elemento movediço, fora de toda a classificação partidária’ em virtude dos seus vínculos pessoais com o imperador, por outro, cabe acrescentar que ainda não se examinou com todo o devido cuidado a trajetória desse político liberal ousado, capaz de manifestar-se favorável à supressão do tráfico negreiro, sendo por isso acusado de favorecer os interesses ingleses, e que também afrontou a *trindade saquarema* [grifos da autora] na sua própria base política.”^{vii}

O casamento com Adelaide Guilhermina de Castro Rosa em Minas Gerais abriu para Aureliano o acesso a uma importante rede de negociantes mineiros. Após sua eleição para o Parlamento, na legislatura de 1830 a 1833, o futuro visconde de Sepetiba foi indicado para a presidência da província de São Paulo em 1831, durante o episódio do assassinato do jornalista Líbero Badaró. Permaneceu no cargo por três meses e retornou ao Rio, devido

à abdicação de D. Pedro I, não sem antes firmar contatos com os liberais moderados paulistas, do grupo de Diogo Feijó.

Na capital do Império foi nomeado Juiz de Órfãos e Independente Geral da Polícia do Rio de Janeiro, tornando-se assim, o principal auxiliar do então ministro da Justiça Diogo Feijó. Com a saída de Diogo Feijó do ministério da Justiça, para integrar a Regência Trina Permanente, Aureliano foi nomeado ministro do Império, depois passou ao ministério da Justiça, acumulando também a pasta dos Negócios Estrangeiros em 1833. Em 1835 deixou o gabinete, para se tornar desembargador. Na pasta da Justiça, foi responsável pelo afastamento de José Bonifácio da tutoria do futuro imperador em 1833. Curioso notar que, em segundas núpcias Aureliano viria a se casar com a neta de Bonifácio, Narcisa Emília de Andrada Vandelli.

Aureliano colocou então no Paço pessoas de sua confiança para acompanhar D. Pedro II. Nomeou como seu tutor o marquês de Itanhaém, preceptor Frei Pedro Santa Maria, futuro Bispo de Crisópolis e dona Maria Verna Magalhães Coutinho como camareira. Paulo Barbosa da Silva foi nomeado como Modormo da Casa Imperial. Como isso aumentou as antipatias e as reservas da oposição, que passaram a vê-lo como uma influência perigosa junto ao futuro imperador. Vem daí as referências à *facção áulica*.

Quando saiu do governo em 1835, para assumir o cargo de desembargador, para o qual havia sido nomeado em 1833, publicou *A impostura do senador Bernardo Pereira Vasconcellos desmascarada*, para defender-se das críticas que lhe foram feitas. Somente em 1838 retornou à política, quando foi eleito deputado pelo Rio de Janeiro, ocasião em que voltou a participar como figura de destaque na chamada crise da maioria, da qual foi um dos entusiastas.

No primeiro ministério de D. Pedro II, Aureliano Coutinho foi indicado para a pasta dos Negócios Estrangeiros. Foi acusado de se beneficiar da compra de sorvetes por ele próprio introduzidos nas recepções do ministério, de super faturar a compra dos terrenos da casa de Correção no Catumbi e de ter recebido uma parelha de bestas em pagamento a um despacho.

Em sua administração, inúmeras realizações foram feitas: instituiu medalhas para os alunos de belas artes, regulamentou a legislação sobre a infância e sua proteção, fundou a Casa de Correção, estabeleceu linhas de tração animal entre vários bairros do Rio de Janeiro, criou o Montepio dos Servidores e fundou a Caixa Econômica. Como Ministro dos Estrangeiros reestruturou e ampliou esta pasta, tratou das delicadas comissões mistas brasileiras e portuguesas, abordou o delicado problema das presas navais feitas quando do bloqueio de Buenos Aires, bem como negociou o casamento das duas princesas e do imperador.

Eleito deputado novamente em 1838, atuou na chamada crise da maioria e passou a integrar o novo gabinete como ministro dos Negócios Estrangeiros, permanecendo em dois sucessivos gabinetes até 1844, quando foi nomeado presidente da província do Rio de Janeiro. Quando terminou seu mandato, era já senador do Império por Alagoas, cargo para qual fora nomeado pelo Imperador em 1842, onde permaneceu até sua morte em 25 de setembro de 1855.

Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho presidiu também o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro em 1839, após o falecimento de Cunha Matos, oferecendo, em nome da Instituição, na Sessão Solene do 2º aniversário, ao imperador e suas duas irmãs, a medalha da fundação do Instituto, cunhadas por Zeferino Ferrez, em ouro e prata, que se tornaria o logotipo da instituição

Seu irmão Saturnino de Souza e Oliveira também era bacharel em Direito por Coimbra e foi um liberal ardoroso no Primeiro Reinado. Ocupou o cargo de inspetor da alfândega por muitos anos, foi presidente do Rio Grande do Sul de 1839 e 1841, deputado geral de 1834 a 1837 e de 1843 a 1847. Também se tornou ministro dos Estrangeiros no gabinete de Alves Branco entre 1847 e 1848.

ⁱ ARARIPE, Tristão de Alencar & LEAL, Aureliano. *O golpe parlamentar da maioria*. Brasília: Senado Federal, 1978, p.91.

ⁱⁱ *Ibidem*, p.123.

ⁱⁱⁱ *Ibidem*, p.95.

^{iv} OTONI, Teófilo Benedito. A circular de Teófilo Otoni. (Rio de Janeiro) *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.78, parte II, 1915, p.75 *passim*.

^v CASTRO, Paulo Pereira de. A experiência republicana. In: HOLANDA, S. B. de (org). *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1986, p.61.

^{vi} MAGALHÃES, Basílio de. A circular de Teófilo Otoni. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.78, parte II, 1915, p.154.

^{vii} GUIMARÃES, Lúcia M. P. Verbete facção áulica. In: VAINFAS, Ronaldo (org). *Dicionário do Brasil imperial*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.